

Pedro Paulo Abreu FUNARI<sup>1</sup>

CRÔS, C. R. *La civilisation afro-brésilienne*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997. 128p.

O etno-sociólogo Claudi R. Crôs, da Universidade Blaise-Pascal, produziu um livro polêmico e inovador, crítico das visões tradicionais, sobre aquilo que chama de “civilização afro-brasileira”. Por “civilização”, entende não somente a cultura *stricto sensu*, como os aspectos políticos, econômicos e sociais que a Sociologia e a Antropologia pretendem estudar (p.8). Diversas “civilizações” coexistem em uma mesma sociedade, com seus valores próprios e, no caso brasileiro, o autor sugere que, aqui, estejam presentes as civilizações ameríndia, ocidental (ou luso-brasileira) e afro-brasileira, esta última objeto do volume publicado pela editora Presses Universitaires de France. Este divide-se em três “livros”: sobre as origens africanas dos escravos no Brasil (p.14-46), sobre a gênese da comunidade afro-brasileira (p.47-92) e sobre a sociedade afro-brasileira, o negro livre (p.93-124). Estes dois últimos livros compreendem o escravo na fazenda, o escravo do sertão, a resistência dos escravos, a evolução da escravidão – todos no livro dois – e o Brasil mulato do século XIX, o povo afro-brasileiro (demografia), as comunidades do interior, as religiões e os valores afro-brasileiros, no livro três. Um breve conclusão fecha a obra.

O primeiro livro destaca-se pelo tratamento detalhado das origens dos africanos que para cá foram trazidos pelo tráfico negreiro, com a

---

1 Departamento de História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp – 13081-970 – Campinas -SP.

apresentação de muitas tabelas demográficas e mapas descritivos das destinações de africanos bantos e sudaneses no Brasil e dos grupos étnicos na própria África. Esse primeiro livro condensa, de forma ampla mas precisa, o contexto histórico da vinda dos africanos para o Brasil. O segundo livro procura explicar a gênese da comunidade afro-brasileira, a partir das fazendas nordestinas escravistas, “verdadeiros feudos” (p.48), cuja essência estava na casa-grande patriarcal, com seu chefe de família todo-poderoso, dono da vida e da morte, com prerrogativas de justiça e de polícia (p.52) e cujos servidores eram alojados na senzala, palavra banto. A escravidão sertaneja ligava-se aos vaqueiros, “esses grandes feudais” (p.63) e aos bandeirantes e seus “feudos” (p.64), seguindo a interpretação de Luiz Mott, assim como de outros autores (por exemplo, Galliza), sobre a importância da escravidão para a criação de gado no sertão (p.65-6).

A resistência dos escravos, com destaque para o quilombo dos Palmares, é tratada como prova seja da inconformidade dos negros (p.80) seja de sua aliança com grupos brancos menos comprometidos com o grande latifúndio (p.81). O terceiro livro trata do negro no Brasil recente. Começa destacando a importância da miscigenação étnica no Brasil, a diferença dos Estados Unidos, com o predomínio de mulatos, constituindo um Brasil mestiço (p.104). Neste quadro geral, Crôs ressalta as disparidades regionais, pois apenas no Nordeste predominavam, em 1980, os mulatos (65,8%) e os negros atingiam o maior percentual (6,7%), em contraste com a região Sul (12,1% mulatos e 2,7% negros), de modo que a média geral do país (54,2% brancos, 5,8% negros, 38,9% mestiços) encobre diferenças notáveis. Em seguida, o autor destaca, justamente, a singularidade das comunidades rurais afro-brasileiras do interior, originadas de antigos quilombos e de outros assentamentos, demonstração das particularidades locais e da manutenção de autnomias e isolamentos.

Em sentido oposto, Crôs enfatiza a generalização das religiões e dos valores afro-brasileiros, no contexto da sociedade brasileira como um todo. Rejeitando a terminologia de Roger Bastide, que se referia a “religiões africanas no Brasil”, o autor prefere destacar a originalidade da criação em solo americano, denominando-as de “religiões afro-brasileiras” (p.110-1). Destaca algumas características que se expandem para a sociedade em geral, como as noções de possessão pela divindade, o caráter pessoal da divindade, a popularização de personagens como Ifá, Exu, Iemanjá, de forma que o sincretismo religioso africano no Brasil ultrapassa, em muito, o quadro das comunidades negras *stricto sensu*. Os valores afro-brasileiros, ainda segundo o autor, também se

expandem e se espraiam por toda a sociedade brasileira. Assim, destaca o animismo e os valores comunitários, em especial aqueles que constituem uma verdadeira "sociedade paralela que funciona à margem da sociedade dominante luso-brasileira" (p.123). O espiritismo da umbanda, em especial no Sudeste industrializado, constitui um processo de valorização do homem de cor, em reação a uma sociedade feita pelos e para os brancos, como já propunha Roger Bastide. Por fim, constitui-se uma "civilização do ritmo", dominada pelo ritmo sincopado na música e nas outras manifestações estéticas, com sua recusa de imitar o real e com a dança dos volumes na escultura.

Na conclusão, Crôs propõe que "graças a seus valores religiosos fundados no animismo e no espírito comunitário, graças a seu domínio dos ritmos, não somente a comunidade afro-brasileira muito contribuiu para a sociedade nacional, como soube criar uma *civilização afro-brasileira*, próxima da civilização negro-africana, mas original. Atualmente, tem um peso político e reivindica uma igualdade real. Tomou consciência de sua identidade, mais, sem dúvida, do que a comunidade afro-americana, nos Estados Unidos, dividida por sua maior heterogeneidade social" (p.125). Conclusão talvez surpreendente, se considerarmos que, no Brasil, muitas vezes, tomamos a comunidade afro-americana como padrão daquilo que deveria ser feito por aqui. No entanto, o volume de Crôs atenta para a originalidade da experiência brasileira, caracterizada não pela separação, mas pelo contato, marcada não tanto pela frieza das relações capitalistas, mas pelas seculares tradições européias (aquilo que o autor chama de "feudalismo luso-brasileiro"), ameríndias e africanas, sempre misturadas. Não é à toa que Crôs seja autor de outro volume sobre "A civilização ameríndia: os povos autóctones no Brasil", pois, como destaca, o país se compõe de três grandes vertentes. Pode-se não concordar com todo o quadro interpretativo proposto pelo autor, mas talvez sua maior contribuição, para o leitor brasileiro, esteja justamente na visão distante que se nos oferece da nossa sociedade. Em nosso meio, poucos se aventurariam a estudar e publicar sobre negros e indígenas, na medida em que a Antropologia acaba por isolar os especialistas de uns ou de outros. Da mesma forma, embora etno-sociólogo, Crôs não se exime de tratar da história dos afro-brasileiros unindo, desta forma, Sociologia, Antropologia e História (para não mencionarmos a Linguística), em salutar atitude interdisciplinar também pouco usual. Trata-se, pois, de uma excelente introdução a um incomum olhar crítico sobre a "civilização afro-brasileira".